

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 04/04/2018

- [Tribunal promove Fórum Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência em novo local](#)
- [Familiares de bebês com deficiência deverão ser informados sobre rede de assistência](#)
- [Depoimento especial - salas dedicadas chegam a tribunais de 24 estados](#)
- [Constelação Familiar - no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF](#)
- [Homem é preso por posse de mais de 80 mil arquivos de pornografia infantil no Recife](#)
- [Ministério dos Direitos Humanos promove debate sobre proteção de crianças e adolescentes impactados pela realização de grandes obras](#)
- [Funase representa o Estado no Fórum Social Mundial que aconteceu em Salvador](#)
- [Conanda divulga documentos orientadores da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente](#)

Assunto: Tribunal promove Fórum Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência em novo local

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 04/04/2018



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Fórum
Crianças e Adolescentes
Vítimas e Testemunhas
de Violência

Atualizações
da Lei Nº 13.431/2017

MUDANÇA DE LOCAL

Propiciar espaço de formação continuada dos novos conceitos e fluxos de trabalho trazidos pela legislação é um dos objetivos do “Fórum Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência – Atualizações da Lei 13.431/2017”, que acontece na sexta-feira (6/4), das 8h às 18h30, **agora no auditório do Escola Judicial de Pernambuco (Esmape)**, na Ilha Joana Bezerra, no Recife.

Destinado ao aperfeiçoamento de magistrados, servidores e profissionais que atuam na rede de proteção à criança e ao adolescente, o evento é promovido pela Esmape e pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os interessados em participar ainda podem fazer a inscrição para as 50 vagas disponíveis, através do endereço:

https://www.sympla.com.br/forum-criancas-e-adolescentes-vitimas-e-testemunhas-de-violencia-atualizacoes-da-lei-n-13431201__258255

O evento já recebeu mais de 400 inscritos entre representantes que atuam na rede de proteção, como o Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública); Saúde (postos de saúde, hospitais, clínicas e distritos sanitários); Educação (escolas, universidades e creches); Assistência Social (Cras e Creas); e Segurança Pública (Polícia Civil e Militar).

Evento – Com as alterações promovidas pela Lei 13.431/2017, o fórum irá debater os desafios para prevenir a violação de direitos de crianças e adolescentes e, se desrespeitados, a punição aos autores e o cuidado às vítimas e testemunhas de violência nos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Além de mudar conceitos, a nova legislação, que entra em vigor em 4 de abril, também repercute nos fluxos de atendimento e encaminhamento de crianças e adolescentes vítimas de violência.

Dentre os temas apresentados durante o fórum, estão: a escuta qualificada de crianças e adolescentes e o estímulo para que esse público denuncie abusos sexuais e agressões.

Assunto: Familiares de bebês com deficiência deverão ser informados sobre rede de assistência

Fonte: ALEPE

Data: 04/04/2018



Unidades de saúde públicas e privadas de Pernambuco deverão fornecer aos pais ou responsáveis de recém-nascidos com algum tipo de deficiência a relação de entidades especializadas que desenvolvam atividades voltadas à condição especial dos bebês. Serão obrigadas, ainda, a comunicar tais nascimentos imediatamente ao Estado. Essas são as propostas dos Projetos de Lei (PLs) n° 1363/2017 e 1528/2017, acatados pela Comissão de Administração, nesta terça (3), nos termos do Substitutivo n° 1 da Comissão de Justiça.

As medidas têm o objetivo de apresentar aos parentes de crianças com deficiência, com agilidade, as estruturas públicas e privadas que oferecem acolhimento, apoio psicológico e tratamento especializado nessa área. Com isso, visa-se assegurar o diagnóstico e estímulo precoces dos bebês, bem como a socialização e inserção social de familiares. Em paralelo, o registro dos casos permitirá ao Estado a elaboração de estatísticas referentes às pessoas com deficiência e doenças raras em Pernambuco.

Tanto o PL n° 1363, proposto pela deputada Terezinha Nunes (PSDB), quanto o de n° 1528, apresentado pelo deputado Ricardo Costa (MDB), precisam ser regulamentados pelo Poder Executivo. Relator do substitutivo na Comissão de Administração, o deputado Tony Gel (MDB) elogiou as iniciativas. “As propostas vão ao encontro de uma política de saúde com seriedade, a exemplo da condução feita pelo Estado durante o surto de microcefalia”, disse.

Também com propósito de garantir a assistência dessas famílias, o colegiado já havia aprovado, na última semana, o PL n° 1651/2017, nos termos de um substitutivo. A matéria obriga hospitais e maternidades de Pernambuco a oferecer assistência especial às parturientes de bebês nascidos com deficiência. O projeto é de autoria do deputado Odacy Amorim (PT).

Assunto: Depoimento especial - salas dedicadas chegam a tribunais de 24 estados

Fonte: CNJ

Data: 04/04/2018



Cresce a adesão dos Tribunais para uso de salas especiais de escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência. Ao menos 24 dos tribunais estaduais (89%) instalaram, em suas dependências, locais adequados para tomada de depoimento especial.

Recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde 2010, o método torna-se obrigatório a partir de quarta-feira (4/4), com a entrada em vigor da Lei n. 13.431/2017.



No depoimento especial, também conhecido como depoimento sem dano, a criança conta o tipo de violência que sofreu a um profissional capacitado, em ambiente lúdico. A conversa é gravada, para que a criança não precise repetir o relato e reviva o trauma.

Assistido ao vivo pelo juiz e demais partes, na sala de audiência, o vídeo é juntado à ação. O ideal é haver uma só oitiva. Paraíba foi o mais recente estado a instalar sala adaptada. A capital, João Pessoa, conta com o serviço desde o início de 2017 e Campina Grande, segunda cidade mais populosa, desde dezembro último.

Antes, o tribunal atendia a vítima em casa. Agora uma psicóloga e uma assistente social se deslocam até o local da sala especial, acompanhadas de técnicos para a gravação do depoimento.

A previsão de recursos orçamentários para instalação das salas especiais nas dotações dos Tribunais é fator fundamental para o avanço do programa do CNJ. "O orçamento de 2017 foi fechado em 2016. Então, nem todos tinham verba específica para as salas. Agora, em 2018, terão mais condições", disse de Alexandre Takashima, juiz auxiliar da presidência do CNJ. Para ele, "é preciso ter bons equipamentos de gravação. Já houve casos nos quais foi necessário retomar depoimento, porque o material ficou inaudível".

Até agora, só o Distrito Federal garantiu instalações para que a vítima não cruzasse com o agressor ou testemunhas. A sala de depoimento especial fica em um andar diferente do da audiência. As capitais concentram a maioria das salas especiais do Judiciário. "Há cidades sem o equipamento, mas onde o juiz aplica um meio-termo. Não chega a ser o ideal, mas melhor que o sistema anterior", afirma Takashima.

O Tribunal de Alagoas estuda instalar duas salas: uma Maceió e outra em Arapiraca. Uma equipe técnica do tribunal apura quais são os equipamentos necessários e o custo deles. Por ora, uma psicóloga da Coordenadoria da Infância e da Juventude acompanha a escuta de vítimas em sala específica, em vara de Maceió. Tocantins pode adotar o serviço de tomada de depoimento especial até o fim do ano. O tribunal espera incluir sala do tipo no Fórum de Araguaína, a partir de junho. Por ora, equipe de psicólogos e assistentes sociais de Tocantins acompanha o depoimento feito ao juiz, sem intervir.

Pode levar dois anos e meio para o Tribunal de Rondônia contar com local adequado para ouvir crianças vítimas de violência. Hoje falta espaço no prédio do juizado especializado, o que deve mudar com a construção de um novo edifício, para onde seguirá a área de infância. A previsão de conclusão da obra é de 30 meses. Enquanto isso, o tribunal de Rondônia adota protocolo específico para as audiências de crianças.

Assunto: Constelação Familiar - no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF

Fonte: CNJ

Data: 04/04/2018



Em seu gabinete na Vara Cível de Valença, cidade situada a 124 quilômetros de Salvador/BA, o juiz escuta uma senhora que, por meio da Defensoria Pública, propõe uma ação judicial de internação compulsória de sua filha para tratamento de dependência química.

Após a conversa, algumas das 120 pessoas presentes no fórum são chamadas para representar o caso acima com o marido, a filha e até o próprio *crack*, a pedra da droga, interpretado o por uma pessoa. Todos começam a interagir, conduzidos pelo magistrado: trata-se de uma dinâmica de Constelação Familiar.

A cena, que parece excêntrica para um Fórum, é, na verdade, cada vez mais comum no Judiciário brasileiro, pioneiro no uso dessa técnica alemã para ajudar a solucionar conflitos. Unidades de Justiça de pelo menos 16 Estados e o Distrito Federal já utilizam a técnica criada pelo psicoterapeuta alemão Bert Hellinger, hoje com 92 anos de idade, que alicerçou seu sistema na Teoria Geral dos Sistemas, na Fenomenologia e no Psicodrama.

Na Justiça, a intenção é esclarecer as partes sobre o que há por trás do conflito que gerou o processo judicial e abrir caminhos para a pacificação social. Os conflitos levados para uma sessão de Constelação, em geral, versam sobre questões familiares, como violência doméstica, endividamento, guarda de filhos, divórcios litigiosos, inventário, adoção e abandono.

A medida está alinhada à Resolução CNJ n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), destinada a estimular práticas que proporcionam tratamento adequado dos conflitos, assim como ao novo Código de Processo Civil, que estimula medidas que promovam o apaziguamento entre opostos.

Para a juíza auxiliar da Corregedoria do CNJ, Sandra Silvestre, a Constelação Familiar e outras práticas sistêmicas tornaram-se poderoso instrumento de pacificação social.

“O sistema judicial brasileiro cada vez mais avança para um sistema de múltiplas portas, fazendo que o cidadão possa ter acesso à Justiça por diferentes meios e mecanismos” disse. Para a juíza, o direito sistêmico é mais um importante caminho que “se fortalece cada dia mais, mostrando que veio para ficar”. Sandra Silvestre participará, no dia 12 de abril, do workshop “Inovações na Justiça: O Direito Sistêmico como meio de Solução Pacífica de Conflitos”, no auditório do Conselho da Justiça Federal, em Brasília/DF.

Muito a ganhar

Na Comarca de Valença, cidade que dá acesso ao paradisíaco destino turístico baiano do Morro de São Paulo, as partes dos processos são convidadas a participar de Constelações Familiares de forma voluntária. A eventual negativa do convite não interfere no andamento ou no resultado processual.

“Mas, se vierem, têm muito a ganhar”, diz o juiz Sami Storch, que costuma organizar as constelações pelos temas dos processos – por exemplo, partes de processos de divórcio ou disputa de guarda de filhos. Na Constelação Familiar de que a senhora — que aqui chamaremos de Laura — participou, estavam presentes as partes envolvidas nas ações, profissionais do direito, estudantes e outros convidados.

Após a costumeira explicação sobre as ordens sistêmicas, o juiz Storch conduziu uma meditação e explicou como funcionam as constelações. Depois disso, Laura procurou o juiz e se voluntariou para a prática. A senhora estava acompanhada de uma assistente social, ciente de seu caso. Ela havia ingressado com uma ação judicial, por meio da Defensoria Pública, pedindo a internação compulsória da filha em uma instituição de tratamento e desintoxicação.

Aos 35 anos de idade, a filha era viciada em *crack* e desenvolveu transtornos mentais. Vinha ameaçando e agredindo pessoas na rua com uma faca e quebrava as coisas dentro de casa. Além disso, não aceitava qualquer ajuda ou tratamento médico e se recusava a tomar os remédios receitados, motivo que levou a mãe a entrar na Justiça para obrigar a filha a se internar. A liminar foi concedida pelo juiz e a filha foi internada.

A Constelação foi iniciada com pessoas representando a filha viciada, o pai de Laura, o avô da garota e o próprio *crack*. O personagem que fazia o papel da droga se colocou entre mãe e filha, impedindo que se comunicassem. Durante a experiência, algumas histórias vieram à tona: Laura, a mãe, havia sido forçada pelo pai a se casar, motivo pelo qual cortara o contato com ele, o que a fizera sofrer muito. E a exclusão do avô gerava grande mágoa também na neta.

Segundo Bert Hellinger, o inventor da Constelação Familiar, a droga representa para o viciado alguém da família que foi excluído — geralmente o pai. Depois de muita resistência, Laura conseguiu encarar a pessoa que representava o seu pai e o abraçou. Neste momento, o juiz interrompeu a sessão de Constelação.

Dias depois, a assistente social comunicou ao juiz que Laura estava bem mais tranquila e havia retomado contato com sua filha, em um diálogo inicialmente travado por telefone. A instituição de tratamento informou, também, que houve melhora sensível no quadro psicológico da filha. Resultados como esse são comuns após a Constelação Familiar – mães reestabelecem o contato com filhos, adolescentes que cumprem medida socioeducativa deixam a violência de lado, pessoas que disputam a guarda de crianças entram em acordo.

O juiz Storch recentemente acompanhou o caso de um casal em Itabúna, na Bahia, que brigava na Justiça em 25 processos por causa de um divórcio. As ações tratavam da guarda dos filhos, pensão alimentícia, violência doméstica e até ocultação de bens. Um mês após participarem da Constelação, o casal resolveu por acordo quase todos os processos em uma única audiência.

“As pessoas desenvolvem uma raiva e não percebem que isso está encobrendo uma dor. Na Constelação Familiar, percebem a dor do outro, não só as suas atitudes, e isso funciona como uma espécie de absolvição”, conta.

Constelação Familiar na Justiça

Unidades federativas que já utilizam o método

Fonte: Curso de Pós-Graduação Heilingerschule de Direito Sistêmico pela Faculdade Innovare

Matheus Durães / Arte ONJ

Rápida expansão pelo país

A Constelação Familiar começou a ser aplicada pela Justiça na Bahia, em 2012, pelo juiz Sami Storch. Ele tomou conhecimento da técnica em uma terapia pessoal, antes de ingressar na magistratura e, ao aplicá-la às disputas judiciais, surpreendeu-se com os bons resultados.

Naquele ano, a técnica foi testada com cidadãos do município de Castro Alves, a 191 quilômetros de Salvador. Nas 90 audiências realizadas, nas quais pelo menos uma das partes participou da vivência de Constelações, o índice de conciliação foi de 91%.

“As pessoas buscam o Judiciário para resolver determinado conflito. Na Constelação, descobrem caminhos para resolvê-lo por conta própria, de forma muito mais profunda que a decisão judicial. Acabam quebrando padrões nocivos, relacionamentos prejudiciais, comportamentos violentos”, explica o juiz Storch.

De lá para cá, os projetos se multiplicaram pelo País e, em 2015, uma prática de mediação familiar baseada nessa técnica, desenvolvida no 3º Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da comarca de Goiânia/GO, foi vencedora do Prêmio Conciliar É Legal, do CNJ, além de receber em 2014 uma menção honrosa no XI Prêmio Innovare, concedido pelo Instituto Innovare.

No Poder Judiciário, as Constelações Familiares são feitas pelos próprios juízes ou por psicólogos. No caso do Poder Judiciário de Goiânia, a técnica é aplicada pela psicóloga Rosângela Alves Montefusco, colaboradora do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), com partes de ações que estão em segundo grau.

Para a psicóloga, isso representa desafio ainda maior que as Constelações feitas no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), em uma etapa em que ainda era possível acordo pré-processual: em um ano, foram feitos acordos em 30% dos casos em que lados em conflito passaram pela prática.

“As partes já chegam prontas para a briga. No primeiro encontro, tentamos quebrar resistências, mudamos as pessoas do lugar em que estão sentadas, colocamos divorciados lado a lado”, conta a psicóloga.

Um dos casos que mais chamou a atenção foi o de um casal de irmãos que disputavam judicialmente um inventário de mais de R\$ 10 milhões. Eles não se falavam há 20 anos. O irmão era contra o casamento da irmã, realizado aos 17 anos. Ao constatar que a presença do marido da irmã impedia qualquer conversa, a psicóloga pediu para que ele se afastasse durante a Constelação Familiar e, aos poucos, os irmãos começaram a conversar.

Acabaram chegando a um acordo em relação à herança e o processo foi extinto. Mais do que isso, os irmãos se reconciliaram, depois de duas décadas de separação. “A Constelação Familiar vai muito além do processo — reconstitui vínculos.

Uma herança, por exemplo, não é só feita de dinheiro, mas vem sempre carregada de amores e dores”, lembra Rosângela Montefusco. De acordo com ela, toda pessoa é parte de um sistema familiar e o que cada um faz pode interferir por quatro ou cinco gerações à frente. Os familiares podem traçar, explica a psicóloga, uma espécie de lealdade invisível.

“Por exemplo, uma avó costuma ser agredida pelo marido. A sua neta pode acabar reproduzindo esse padrão, porque inconscientemente pensa: como posso ser feliz se a minha avó não é? ”, diz. Em reportagem exibida em 2016 pela TV Brasil, a juíza Magáli Dellape, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), explica aqui como funciona o Projeto Constelar e Conciliar no DF.

Assunto: Homem é preso por posse de mais de 80 mil arquivos de pornografia infantil no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 04/04/2018



Um homem de 26 anos foi preso em flagrante com cerca de 80 mil arquivos de pornografia infantil nos dispositivos eletrônicos utilizados em seu quarto, num edifício no bairro da Várzea, na Zona Oeste do Recife. Divulgada nesta quarta-feira (4), a prisão ocorreu no dia 27 de março.

Resultado de uma investigação de cerca de seis meses, a ação policial foi feita a partir de um mandado de busca e apreensão. “Quando entramos na casa, ele já sabia o que estávamos procurando e não hesitou em mostrar. Encontramos inúmeras abas abertas com arquivos contendo imagens de sexo explícito com bebês e crianças pequenas”, relatou a delegada Thaís Galba, responsável pelas investigações.

Durante o depoimento prestado à Polícia Civil, o homem alegou sofrer de depressão. “Ele disse que era uma pessoa doente e tentou usar isso para justificar o armazenamento do conteúdo, mas não há um laudo médico que comprove nenhum tipo de enfermidade”, afirmou a delegada.

Ao todo, foram apreendidos dois computadores, três HDs externos, dois pen-drives e um aparelho celular com os arquivos ilícitos, adquiridos através da “deep web”.

Fiança

Inicialmente enquadrado no crime de armazenamento de conteúdo ilícito de pornografia infantil, o homem pagou uma fiança de 20 salários mínimos, o equivalente a aproximadamente R\$ 19 mil, e responde em liberdade pelo crime. No entanto, cabe prisão inafiançável caso seja comprovado o compartilhamento do conteúdo com outras pessoas.

“O compartilhamento desses vídeos e fotos é um crime diferente, mais grave, que pode levar a até seis anos de detenção. Ele nega ter compartilhado os arquivos e ter abusado de crianças, mas estamos investigando se ele enviou o material a outras pessoas e se houve crime de estupro cometido por ele”, aponta o gestor do Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente, Darlson Macedo.

Assunto: Ministério dos Direitos Humanos promove debate sobre proteção de crianças e adolescentes impactados pela realização de grandes obras

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 04/04/2018



O Ministério dos Direitos Humanos promoveu nesta terça-feira (3) uma oficina sobre formas de avaliação e monitoramento dos impactos da realização de grandes obras e empreendimentos sobre os direitos humanos de crianças e adolescentes. Participaram do evento os representantes da “Agenda de Convergência”, iniciativa coordenada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do MDH e que reúne diversas áreas do Governo Federal, empresas públicas e privadas, instituições financeiras, universidades e organizações da sociedade civil.



O grupo se reúne mensalmente para elaborar orientações gerais destinadas a empresas, poder público e financiadores, que devem garantir a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes durante todas as etapas de realização das obras, desde o planejamento até a operação.

As consequências da instalação de uma obra estão associadas, entre outros aspectos, ao fluxo migratório intenso de trabalhadores, ao aumento da demanda por serviços públicos e à capacidade de atendimento da rede local. Esse cenário colabora ainda para criação ou reforço de situações vulneráveis, como exploração sexual, trabalho infantil e outras violações de direitos.

A oficina reuniu representante do Ministério do Desenvolvimento Social, IBAMA, Funai, Conanda, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Petrobras, Camargo Corrêa, Itaitpu, Fundação Getúlio Vargas, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ministério Público do Trabalho, ChildHood Brasil, Unicef, entre outros.

Assunto: Funase representa o Estado no Fórum Social Mundial que aconteceu em Salvador

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 04/04/2018



Um socioeducando e um agente socioeducativo do Case Caruaru participaram do evento a convite do Gajop

Durante cinco dias, um socioeducando e um agente socioeducativo do Case Caruaru se uniram a representações do Brasil e do Mundo para pensar saídas comuns para a humanidade, em uma ótica solidária, democrática e de respeito às diversidades. Eles representaram o Governo do Estado na 13ª edição do Fórum Social Mundial que aconteceu na cidade de Salvador, entre os dias 13 e 17 de março.

“Muito bom saber que estamos no cominho certo. É um trabalho que vem dando resultados, feito com carinho, respeito com os adolescentes e seus familiares”, enfatizou o coordenador geral do Case Caruaru, Paulo Pinto. O convite foi feito pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), que desde o ano passado leva ao Case Caruaru e ao Case Santa Luzia o “Diálogos para a mudança: enfrentando os desafios pela socioeducação”.

O projeto, desenvolvido pelo Gajop, visa incidir sobre o contexto de vulnerabilidade vivido por adolescentes dentro e fora do sistema socioeducativo. Para isso, os adolescentes participam de ciclos de formação, realizados pelos Jovens Defensores de Direitos Humanos. Os agentes socioeducativos também participam desse processo que tem o intuito de despertar nesses profissionais o reconhecimento do lugar de atores de garantia de direitos que eles ocupam.

Segundo a advogada popular do Gajop, Thaisi Bauer, a participação dos adolescentes que estão inseridos no sistema socioeducativo tem sido pautada para que eles tenham perspectivas para além do sistema, fortalecendo a participação deles em espaços de construção política e no

protagonismo juvenil. “No Fórum eles puderam ter ciência de que o encarceramento da população jovem e negra não é algo pontual, não é um problema dele, mas um problema coletivo, de seletividade do sistema de justiça criminal”, completou.

Foram cinco dias intensos, com 19 eixos temáticos, 100 caravanas, 1,2 mil voluntários, 6 mil organizações e movimentos da sociedade civil e 80 mil pessoas, fazendo do Fórum um espaço de troca de experiências, debates, protestos, encontros e reencontros. “A viagem foi muito boa, nunca tinha andado de avião, adorei. Participei das atividades do fórum, das palestras, rodas de debate, a maioria falando sobre o cárcere, aprendi muita coisa e também vi que temos obrigações a cumprir, para o bom funcionamento da unidade”, destacou M.J.N. S, de 17 anos.

Se juntando ao adolescente estava o agente socioeducativo Ericsson de Gois, que se sentiu lisonjeado por participar, pela primeira vez, de um evento a nível internacional que agregou tanta discussão produtiva. “O Fórum foi muito proveitoso, pudemos ver um pouco a realidade de diversas localidades através das discussões sobre cárcere, gênero, raça, enfim, voltamos com muito conhecimento e vamos replicar na unidade”, ressaltou.

FNDCA - No ano passado, um socioeducando do Case Caruaru e outra do Case Santa Luzia representaram Pernambuco no Encontro Nacional do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, que aconteceu em outubro, em Brasília. Eles participaram do encontro das Entidades filiadas ao FNDCA e dos representantes dos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Estaduais e Distrital, que aconteceu em outubro, em Brasília.

O evento teve como objetivo incidir para que os direitos de crianças e adolescentes sejam garantidos pelo poder político e pela sociedade em geral, além de fazer um balanço dos investimentos direcionados a esse público. Os socioeducandos da Funase foram os únicos do Brasil que cumprem medida de internação a participar desse momento, convidados para encontrar, juntos com os demais, estratégias para a efetivação das políticas infanto-juvenis.

Assunto: Conanda divulga documentos orientadores da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Fonte: Secretaria Especial de Direitos Humanos

Data: 04/04/2018



O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) divulgou os documentos base e orientador da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (XI CNDCA). Os textos servirão de referência para a organização, metodologia e debates a serem realizados em âmbito local e nacional durante todo o processo conferencial que será realizado no período de janeiro de 2018 a outubro de 2019 em quatro etapas: conferências livres, municipais, estaduais e distrital e nacional. Acesse os documentos da XI CNDCA, através do endereço: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/xi-conferencia>

Convocada pelo Conanda por meio da Resolução nº 202, a XI CNDCA terá como tema central: Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências. Os debates conferenciais estão divididos em cinco eixos temáticos: Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social; Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes; Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes; Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes; e Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança e Adolescentes.

Mais de novecentos delegados eleitos pelos 26 estados e pelo Distrito Federal, além dos delegados natos, convidados e observadores a serem definidos pelo Conanda, participarão da etapa nacional da XI CNDCA. Crianças e adolescentes também terão direito a voz e voto como delegados nesta fase, conforme os quantitativos previstos no documento orientador.

A etapa nacional da XI CNDCA acontecerá em outubro de 2019, em Brasília, e reunirá um conjunto de propostas resultantes das demais etapas conferenciais. As propostas priorizadas influenciarão a elaboração de políticas públicas, projetos de lei e demais instrumentos e ações voltadas à promoção, à proteção e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

Confira o calendário para a realização das Etapas da XI CNDCA:

Conferências livres: janeiro a novembro de 2018

Conferências municipais: maio a novembro de 2018

Conferências estaduais e do Distrito Federal: janeiro a julho de 2019

Conferência nacional: outubro de 2019